

Folha Nacional

de 01/10/2022 | Bissemanal | Ano 1

pela verdade



A TEIA SOCIALISTA DOS INTERESSES OCULTOS

Política
**CHEGA QUER AR
INVESTIGAR CONFLITOS DE
INTERESSES DE MINISTROS**

PÁGINA 4

Economia
**FAMÍLIAS COMEÇAM A
PAGAR MAIS PELO GÁS E
ELETRICIDADE JÁ HOJE**

PÁGINA 9

Opinião
**A NÃO ÉTICA
SOCIALISTA**
POR TÂNGER CORREIA





A TEIA SOCIALISTA DOS INTERESSES OCULTOS

A semana que passou não foi fácil para o governo de António Costa. Primeiro foi o caso que envolve o ministro da Saúde, por ser casado com a atual bastonária da Ordem dos Nutricionistas, e depois, o caso da ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, cujo marido recebeu fundos comunitários que estão sobre a tutela da ministra. Ambos os casos a configurarem conflito de interesses.

Mas vamos por partes.

O facto de o **ministro da Saúde ser casado com a atual bastonária da Ordem dos Nutricionistas** levantou imediatamente dúvidas legítimas sobre a capacidade que o ministro tem de tutelar e tomar decisões sobre uma área que é defendida e representada pela sua mulher. O ministro veio rapidamente explicar que iria delegar a tutela da Ordem dos Nutricionistas na sua secretária de Estado da Promoção da Saúde. Acontece que, mesmo com esta delegação de poderes, o conflito de interesses pode não ficar totalmente sanado, uma vez que a referida secretária de estado continua a estar sob a tutela do ministro. Acresce ainda que a Ordem dos Nutricionistas foi criada em 2011, tendo contado com a

aprovação do atual ministro da Saúde, que, na ocasião, ocupava o cargo de secretário de Estado da Saúde. Outro caso que surgiu esta semana foi o da **ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa**. O Observador avançou que **duas empresas do seu marido receberam fundos comunitários da área por si tutelada** e que, de acordo com o mesmo jornal, a Thermalvet, detida a 40% pelo marido da ministra, recebeu 133 mil euros de um total de 303.275 euros em fundos comunitários, o que corresponde a mais de um terço dos fundos recebidos pelo país. A empresa Thermalvet foi fundada em outubro de 2020, 15 dias antes do arranque do projeto e, entretanto, o Expresso desta sexta-feira adianta que tem como sócio um chinês que foi

condenado por corrupção ativa no processo dos Vistos Gold, tendo o Tribunal da Relação de Lisboa dado como provado que Zhu Xiaodong subornou o antigo presidente do Instituto dos Registos e Notariado. Já a Xiapu, empresa que conta com uma participação indireta do conjugue da ministra, recebeu 66.015 euros no quadro do programa Compete 2020. Estas situações recordam o caso que envolveu a atual secretária de Estado da Proteção Civil e antiga secretária de Estado da Administração Interna, Patrícia Gaspar, cuja irmã trabalha numa empresa que vendeu ao Estado material relacionado com o SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal.

CHEGA PEDE QUE O PARLAMENTO SE PRONUNCIE SOBRE CONFLITO DE INTERESSES DE MINISTROS

O CHEGA já anunciou que vai pedir um parecer à Comissão Parlamentar de Transparência, para que se pronuncie sobre o possível conflito de interesses que pode estar subjacente a ambos os casos.

Relativamente ao caso da ministra da Coesão, André Ventura afirmou que, "está envolvido já um parecer da Procuradoria-geral da República, do conselho consultivo", mas salientou que "há aqui a possível violação do código de conduta do Governo e a violação de normas éticas parlamentares", pretendendo por isso que esta comissão se pronuncie sobre "a eventual existência de ilegalidades ou de vícios de outra natureza nestes fundos que foram absorvidos".

Adiantou ainda que vai pedir também uma investigação ao Tribunal de Contas para saber "se os fundos foram regularmente atribuídos" às empresas detidas pelo marido da ministra, se "houve alguma interferência do Governo" e se existe "alguma espécie de ilegalidade ou de irregularidade". André Ventura refere mesmo tratar-se de "um conluio familiar em redor da senhora ministra", devendo demitir-se "por incompatibilidade grave e violação ética dos seus deveres de governante".

Quanto ao ministro da Saúde, o presidente de CHEGA considerou que está em causa uma "situação de evidente conflito de interesses" e que "há elementos perturbadores" nesta situação, especificando que a "Ordem dos Nutricionistas, quando criada, teve já a chancela de Manuel Pizarro", uma vez que foi criada em 2011, tendo contado com a aprovação do atual ministro da Saúde, que, na ocasião, ocupava o cargo de secretário de Estado da Saúde.

André Ventura defendeu que é necessário esclarecer se "houve já nessa altura, ou não, algum elemento de influência sobre um processo de decisão que não foi pacífico e foi complexo".

O líder do CHEGA defendeu que devia ter sido o ministro "a dar conta deste conflito de interesses" e criticou que "só depois de ter sido tornada pública esta situação é que o ministro veio dizer que está a fazer agora alguma coisa para delegar funções".

A delegação de competências na secretária de Estado da Promoção da Saúde não convence André Ventura: "Não estamos seguros que a delegação de funções sobre a Ordem dos Nutricionistas numa secretária de Estado de Saúde vá resolver o problema, visto que a própria secretária de Estado está na dependência do ministro".

Ventura afirmou que "não ficou claro se o primeiro-ministro sabia, ou não, deste conflito de interesses", como "exige o código de conduta aprovado pelo Governo", instando António Costa a esclarecer se tinha conhecimento da situação.

OUTROS CASOS DE CONFLITO DE INTERESSES A ENVOLVER MINISTROS DO PS

Mário Centeno – O ex-ministro das Finanças transferiu-se diretamente do ministério que tem a supervisão do Banco de Portugal para trabalhar nessa entidade, colocando em causa a independência.

João Leão – O ex-ministro das Finanças ordenou, ainda enquanto ministro, a transferência de 5,2 milhões de euros do Orçamento do Estado para o ISCTE, mais concretamente para o financiamento do Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias desta universidade, vindo mais tarde a ocupar a posição de vice-reitor da mesma universidade com a responsabilidade do referido centro.

A NÃO ÉTICA SOCIALISTA

A propósito dos recentes casos de benefícios indevidos aos respetivos cônjuges por parte da Ministra da Coesão Territorial e do Ministro da Saúde que, aliás, vêm juntar-se a uma longa lista de irregularidades nos governos Costa e Sócrates, é necessária uma reflexão sobre a razão da sistemática impunidade deste tipo de comportamentos vergonhosos. Sendo a ética o repositório de um conjunto de valores que visam nortear o comportamento individual e, também, coletivo, valores esses que se definem, por natureza, como positivos, torna-se evidente que os socialistas demonstram, de forma permanente e continuada, um total alheamento e desrespeito por esses valores, desprezando completamente a ética que deveriam ter, o que os torna num bando organizado com a única finalidade de atuarem em proveito próprio para seu bem desprezando o coletivo que deveriam servir. Enchem a boa com a "ética republicana", o que não significa rigorosamente nada em termos de valores, a não ser que se consideram herdeiros dos fatores da Primeira República o que, convenhamos, não é propriamente

uma herança positiva. É essa "ética republicana" que lhes permite atropelar todos os valores que deveriam reger uma sociedade próspera e saudável, tornando-a pasto de inconfessáveis ambições e da prática de atos totalmente obscuros, muitos deles do foro criminal, mas que são ou apagados, ou ignorados, ou prescrevem ou, de alguma forma, contornados. É esta gente sem escrúpulos, consciência e sem sentido de Estado que tomou conta de Portugal, tornando-o um país fraco e doente, subsídio dependente, amorfo e pobre. Mas o que mais me custa é a passividade dos portugueses que a nada reagem e que, perante tamanhos dislates, limitam-se a encolher os ombros, tecer umas críticas, alheando-se do que molda o seu próprio futuro, de forma negativa. É este povo que deu mundos ao mundo e que provou, mais que uma vez, ser capaz de realizar feitos fantásticos, que permite toda esta situação tão lesiva do seu próprio interesse. Se os portugueses assim continuarem, não se poderão queixar do mal que lhes é feito nem dar uma verdadeira lição de ética aos desgoverno socialista.



ANTÓNIO TANGER CORREIA
VICE-PRESIDENTE DO PARTIDO CHEGA

“VIRAGEM À DIREITA” E “BONS VENTOS DE MUDANÇA” NA EUROPA

O CHEGA saudou a “viragem à direita” da Itália e considerou que os resultados das eleições legislativas neste país abrem caminho a “uma reconfiguração política da Europa”, prevendo que também tenham consequências em Portugal. “Estamos seguros de que estes ventos de mudança irão chegar a Portugal e que também os portugueses terão direito a virar a página e eleger quem seja capaz de defender os seus interesses”, salientou o partido em comunicado.

O CHEGA congratula-se, em especial, “com a votação obtida pelos seus congéneres europeus, liderados por Giorgia Meloni e Matteo Salvini”, frisando que estes “abrem caminho a uma verdadeira mudança de políticas em Itália e a uma reconfiguração política da Europa”. O partido de André Ventura refere que, depois da Suécia – onde também se registou uma vitória de uma coligação de direita –, “é agora a vez de a Itália dar um sinal claro de que o Continente europeu está em profunda mudança”.

“Os eleitores confiam cada vez mais nos partidos que defendem, sem reservas, a soberania dos povos, as suas tradições e valores civilizacionais, como é o caso do CHEGA em Portugal”, defende o partido. O partido felicita “com grande entusiasmo” Giorgia Meloni e Matteo Salvini pelos resultados obtidos e manifesta a esperança de que “consigam rapidamente formar governo e dar aos italianos uma solução governativa forte, estável e capaz de enfrentar os tempos duros que se avizinharam”.

PENSIONISTAS PERDEM DINHEIRO MAS SUBVENÇÕES POLÍTICAS DUPLICAM

Os ex-titulares de cargos políticos e juizes do Tribunal Constitucional que recebem pensões vitalícias, ao contrário dos restantes pensionistas, duplicam o valor do abono quando chegam aos 60 anos. Ou seja, enquanto a maioria dos portugueses vai ter um corte na atualização das suas pensões, há um grupo de privilegiados, onde se encontram nomes como o condenado Armando Vara ou o ex-presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, que veem as suas pensões duplicar de valor.

Segundo o Correio da Manhã, “as regras do cálculo e da duplicação do valor da pensão mensal vitalícia são definidas no artigo 25º da lei nº 4/85 de 9 de abril: no nº 1, diz-se que a SMV “é calculada à razão de 4% do vencimento-base por ano de exercício” em funções no cargo; e no nº 2 refere-se que “quando o beneficiário da subvenção perfaça 60 anos de idade ou se encontre incapacitado, a percentagem referida no número anterior passará a ser de 8%”.

No caso de Armando Vara, por exemplo, segundo a Caixa Geral de Aposentações, recebe uma pensão mensal vitalícia de 2.014 euros, mas segundo o mesmo jornal, de acordo com “o acórdão nº 9152/21.5T8LSB.L1-5 do Tribunal da Relação de Lisboa (de 25 de janeiro de 2022), Vara recebe, pelos anos em que foi deputado e exerceu funções no Governo, uma subvenção mensal vitalícia de 4590 euros, valor que é quase 128% superior à pensão mensal vitalícia.” Atualmente, e segundo a lista mensal da Caixa Geral de Aposentações, há 304 beneficiários com a subvenção mensal vitalícia atribuída. Segundo o Jornal de Negócios, em 2021 a Caixa Geral de Aposentações tinha uma despesa anual com estas pensões cifrada-se em 7,3 milhões de euros.

CHEGA QUER AR A INVESTIGAR “CONFLITOS DE INTERESSES”

O CHEGA considera que existe um “evidente conflito de interesses” por o ministro da Saúde ser casado com a bastonária da Ordem dos Nutricionistas e por duas empresas do marido da ministra da Coesão Territorial ter recebido centenas de milhares de euros em fundos comunitários, e pediu à comissão parlamentar da Transparência para se pronunciar.

Numa declaração aos jornalistas na Assembleia da República, o presidente do CHEGA considerou que está em causa uma “situação de evidente conflito de interesses” e anunciou que deu entrada, na comissão da Transparência, de um “um pedido para que seja feita uma investigação e uma análise à situação para que seja emitido o devido parecer”.

“Nos termos do regulamento da própria comissão, havendo uma possível situação de conflito de interesses, e eventualmente até de alguma incompatibilidade, deve ser a comissão de transparência a fazer a primeira análise, para depois, se houver matéria para isso, esta seguir para as autoridades competentes”, acrescentou.

O líder do CHEGA justificou este pedido de parecer apontando que “há elementos perturbadores” nesta situação, especificando que a “Ordem dos Nutricionistas, quando criada, teve já a chancela de Manuel Pizarro”. A Ordem dos Nutricionistas foi criada em 2011, tendo contado com a aprovação do atual ministro da Saúde, que, na ocasião, ocupava o cargo de secretário de Estado da Saúde.

Ressalvando que não se trata de uma “questão da vida privada do ministro”, Ventura defendeu que é necessário esclarecer se “houve já nessa altura, ou não, algum elemento de influência sobre um processo de decisão que não foi pacífico e foi complexo”. O líder do CHEGA defendeu que devia ter sido o ministro “a dar conta deste conflito de interesses” e criticou que



“só depois de ter sido tornada pública esta situação é que o ministro veio dizer que está a fazer agora alguma coisa para delegar funções”.

O Presidente do CHEGA afirmou que “não ficou claro se o primeiro-ministro sabia, ou não, deste conflito de interesses”, como “exige o código de conduta aprovado pelo Governo”, instando António Costa a esclarecer se tinha conhecimento da situação.

“Esta é uma situação que tem de ser esclarecida cabalmente e rapidamente”, defendeu, alertando que “pode inquirir contratações, revisões de carreira e reconfigurações do ministério no que respeite a esta área”.

André Ventura considerou que este é “um mau começo” de mandato para o novo ministro da Saúde, mas rejeitou que justifique a de-

missão de Manuel Pizarro.

“Aparentemente, não me parece ser um caso de demissão. Onde é que se torna um caso de demissão? Se o senhor ministro da Saúde tiver ocultado isto ao primeiro-ministro”, afirmou.

Na segunda-feira, o ministro da Saúde considerou que não há conflito de interesses por ser casado com a atual bastonária da Ordem dos Nutricionistas, e indicou que a tutela daquele organismo está delegada à secretária de Estado da Promoção da Saúde.

“Desde que tomei posse, enquanto ministro, estou ciente de que, havendo uma função de tutela administrativa das ordens profissionais, (...) esse risco de conflito de interesses existe e tomei a medida que me parece a mais adequada que é ter decidido, desde o primeiro momento, que delegaria essa

função de tutela sobre a Ordem do Nutricionistas na senhora secretária de Estado da Promoção da Saúde”, realçou. Já na sexta-feira, André Ventura pediu a demissão da ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, depois de ter sido noticiado que o sócio chinês de António Trigueiros de Aragão, marido da ministra, foi condenado por corrupção ativa no processo dos Vistos Gold.

“Estes factos aumentam a nebulosidade do contexto em que esses fundos foram obtidos e reforçam o carácter anti-ético dos procedimentos em causa. O Senhor Primeiro-ministro não tem, neste momento, outra opção que não seja a remodelação da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa”, sublinhou André Ventura.



LUÍS MONTENEGRO RECONHECE, FINALMENTE, A IMPORTÂNCIA DO PARTIDO CHEGA

O líder do PSD apelou ao presidente do parlamento para que use “o seu magistério de influência parlamentar” para que a Assembleia da República volte a ter quatro vice-presidentes, elegendo os candidatos do CHEGA e da IL. “Os votos em democracia valem tanto à direita como à esquerda. Quero aproveitar a ocasião, para de forma serena e tranquila, apelar ao senhor Presidente da Assembleia para que,

olhando para expressão da vontade livre e democrática expressa pelos portugueses nas últimas legislativas, aja em conformidade e use o magistério de influência parlamentar para que todos os 229 colegas da AR possam respeitar as regras democráticas”, afirmou. Desde o início da legislatura apenas os ‘vices’ do PS e do PSD foram eleitos, tendo sido chumbados todos os candidatos do CHEGA.

DEPUTADO DO CHEGA INSULTADO EM DIRETO NO OBSERVADOR

O deputado Pedro dos Santos Frazão participou, segunda-feira, num debate, na Rádio Observador, sobre as eleições em Itália e os respetivos resultados eleitorais, onde estavam também presentes as deputadas ao Parlamento Europeu, Margarida Marques (PS), Lídia Pereira (PSD), Marisa Matias (BE) e Paulo Muacho (Livre). O debate decorria dentro da normalidade, até ao momento da primeira intervenção



do deputado do CHEGA que foi brindado com o insulto "grande suíno". No entanto, e infelizmente, o Observador ainda não conseguiu identificar o autor do insulto. Depois, na sua segunda intervenção, o microfone do deputado do CHEGA foi colocado em silêncio, impedindo assim os ouvintes de escutarem até ao fim a suas palavras. O CHEGA lamenta este tipo de atitude que desprestigia a democracia.

A TRAGÉDIA PORTUGUESA DE TER UM MINISTRO INCAPAZ, ACUSA VENTURA



COMISSÃO PARLAMENTAR REJEITA CENSURA DO CHEGA A SANTOS SILVA

PS, IL, PCP, BE, PAN e Livre votaram favoravelmente o parecer da deputada do PAN, Inês Sousa Real, o CHEGA posicionou-se contra e o PSD absteve-se. Por outras palavras, tal significa que o Projeto do CHEGA que visava censurar o comportamento de Augusto Santos Silva enquanto Presidente da Assembleia da República não vai ser admitido para discussão. No parecer, Inês Sousa Real defende que a iniciativa do CHEGA "padece de inconformidade constitucional e regimental", não tendo condições para ser admitida. Os sociais-democratas justificaram a abstenção com o facto de quererem ser alheios aos conflitos entre o presidente do parlamento e o CHEGA. Pelo CHEGA, o líder parlamentar Pedro Pinto sustentou que a Assembleia da República "tem o poder de se autorregular" e, por isso, "tudo o que não é proibido, é permitido".

"O que é certo é que sobre censura ao presidente da Assembleia o Regimento e a Constituição são omissos, portanto, se é omissão, é permitido", argumentou, acusando os partidos de serem "cúmplices" de um "abuso de poder" de Santos Silva. O relatório da comissão, da autoria da deputada única do PAN, concluiu que a iniciativa do CHEGA "não tem habilitação expressa constitucional (ou regimental), atributiva de competência da Assembleia da República, para que esta possa censurar o comportamento do Presidente da Assembleia da República ou de qualquer outro deputado à Assembleia da República, ressaltados os casos legalmente previstos, nomeadamente no Estatuto dos Deputados".

O CHEGA apelidou, quarta-feira, de "tragédia à portuguesa" o processo do novo aeroporto da região de Lisboa, no debate que decorreu na Assembleia da República. "Temos dois partidos em conluio absoluto e um primeiro-ministro completamente irresponsável, um ministro das Infraestruturas com-

pletamente incapaz e escondido e um Governo à deriva numa das maiores obras públicas da história", criticou o líder do CHEGA.

André Ventura voltou a acusar o primeiro-ministro de querer "esconder o debate sobre o novo aeroporto entre paredes" e lamentou que nos últimos 50 anos os sucessivos

governos não tenham conseguido "fazer um novo aeroporto que engrandea Portugal e dignifique este país", considerando ainda que este processo é uma "trapalhada atrás de trapalhada, com os impostos dos portugueses a serem usados para as fantasias do Governo".

O líder do CHEGA não deixou pas-

sar em branco o facto de, mais uma vez, o Governo não estar representado na Assembleia da República pelo ministro que tutela a pasta em discussão. "O Ministro Pedro Nuno Santos está tão fragilizado, é tão inexistente que é incapaz de vir hoje ao Parlamento responder sobre o novo aeroporto", atirou.

VENTURA É O POLÍTICO PORTUGUÊS COM MAIS SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS

O Presidente do CHEGA é o líder político português que mais tem atraído as pessoas às suas redes sociais. É no Facebook onde André Ventura lidera destacado, com cerca de 200 mil seguidores na página política. No entanto, combinando as várias redes em que o Presidente do CHEGA marca presença, nomeadamente o Facebook, o Instagram, o Twitter e o TikTok, o número de se-

guidores ultrapassa os 500 mil.

Segundo André Ventura "este é um bom sinal também para o crescimento do partido, significa que cada vez mais portugueses querem acompanhar de perto a vida e a mensagem do CHEGA". A presença nas redes sociais é uma forma de colmatar o bloqueio que é feito ao CHEGA diariamente pela imprensa tradicional, servindo, assim, para que os portugueses saibam o que o partido defende.



BUSCAS NO INEM: PJ INVESTIGA HORAS EXTRA E VIAGENS QUE NÃO EXISTIRAM

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) foi alvo de buscas, na terça-feira, na sede em Lisboa e nas delegações regionais de Porto, Coimbra e Faro. De acordo com o noticiado pelo Correio da Manhã, em causa estão suspeitas de milhões de euros em horas extraordinárias e ajudas de custo de deslocações que não existiram e que foram pagas a funcionários do INEM.

A mesma fonte revela ainda que foi feita uma denúncia anónima para as autoridades a dar conta de alegadas irregularidades na gestão de viaturas do instituto e na gestão de pessoal, nomeadamente no que concerne a horários e presenças. Em foco na investigação estarão também vários contratos efetuados entre o INEM e diversas empresas.

Até ao momento, “nenhum profissional

do INEM foi constituído arguido”, garantiu o instituto em comunicado, acrescentando estar a colaborar com as autoridades. Durante a manhã de segunda-feira, fonte da Polícia Judiciária disse à Lusa que a investigação está a cargo da Unidade Nacional de Combate à Corrupção e abrange igualmente irregularidades relacionadas com a gestão de viaturas do INEM.

AGRESSÕES A PSP NÃO CAUSARAM MAIS MORTES “POR MERO ACASO”



AGRICULTOR EM GREVE DE FOME HOSPITALIZADO APÓS PALAVRAS DE ANTÓNIO COSTA

O agricultor Luís Dias, natural de Idanha-a-Nova foi hospitalizado, quinta-feira, depois de 22 dias de greve de fome em protesto com o Estado. A hospitalização do agricultor aconteceu no dia em que, questionado no Parlamento, o primeiro-ministro mostrou-se indiferente à situação de Luís Dias.

“Não há nada a fazer para responder a essa situação. O senhor não tem razão, não há nada a fazer. É muito simples”, disse António Costa durante o debate que decorreu na Assembleia da República.

Luís Dias recorreu às redes sociais para responder à posição do primeiro-ministro: “Nunca pensei que o primeiro-ministro pudesse mentir a meu respeito em pleno plenário. Só posso concluir que realmente planeia deixar-me morrer”.

Pouco depois, Luís Dias foi hospitalizado dada a sua frágil condição de saúde ao fim de 22 dias sem comer, segundo fez saber no Twitter o vice-presidente da associação Frente Cívica, João Paulo Batalha.

Na origem desta greve de fome, que é a terceira do agricultor em oito meses, está uma disputa judicial com o Estado. Em causa está um pedido de financiamento para a reconstrução de uma quinta que ficou destruída na sequência de uma tempestade em 2017. O Ministério da Agricultura diz ter desbloqueado a verba, mas Luís Dias garante que nunca a recebeu.

O Ministério Público (MP) considerou que as agressões dos dois fuzileiros que levaram à morte do agente da PSP Fábio Guerra, em março, à porta de uma discoteca de Lisboa, não causaram mais mortos “por mero acaso”.

Segundo o despacho de acusação a que a Lusa teve acesso, que resultou na imputação de um crime de homicídio qualificado, três crimes de ofensas à integridade física qualificadas graves e um crime de ofensas à integridade física simples aos arguidos Vadym Hrynko e Cláudio Coimbra, a procuradora considerou que os dois

fuzileiros mostraram “total indiferença pela autoridade”, apesar de os agentes se terem identificado “de forma audível” como polícias.

“Os ilícitos criminais em causa são de natureza extraordinariamente bárbara, violenta e desproporcional, deles não tendo resultado outras mortes, por mero acaso, considerando o local preferencial das agressões escolhido pelos arguidos, a zona da cabeça, quer com socos quer com pontapés, e não obstante os ofendidos perderem os sentidos com o primeiro muro desferido”, escreveu Felismina Carvalho Franco.

Para a procuradora do MP, os argui-

dos “tinham plena consciência da sua superioridade física perante os especiais conhecimentos de luta que possuíam” e não se coibiram de agredir os quatro agentes, “mostrando indiferença às consequências que daí podiam advir, nomeadamente a morte”. E após as agressões, de acordo com o despacho, confraternizaram com segurança da discoteca numa “atitude de quase regozijo ou celebração”. Descrevendo os acontecimentos da madrugada de 19 de março até aos dois minutos que duraram as agressões, entre as 06:19 e as 06:21, o MP salientou a “forma muito violenta,

concentrada e sucessiva” como ocorreram, sem esquecer que Cláudio Coimbra foi campeão de boxe amador e regista um “historial de indiferença e desrespeito pelas forças de segurança”, em alusão a agressões cometidas contra um militar da GNR. O despacho de acusação indicou também que 13 pessoas foram colocadas em regime de proteção de testemunhas no âmbito deste processo, pois “existe o fundado receio de que os arguidos provoquem medo e pânico às testemunhas e ofendidos por conhecerem a capacidade agressiva e letal dos arguidos”.



ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA DIMINUIU EM TODO O PAÍS, REVELA INE

A esperança de vida à nascença diminuiu em todas as regiões de Portugal continental, sendo estimada em 80,72 anos no triénio 2019-2021, revelam dados do INE.

De acordo com estes dados, a esperança de vida à nascença em Portugal foi estimada, neste período, em 77,67 anos para os homens e em 83,37 anos para as mulheres, correspondendo, relativamente a 2018-2020, a uma diminuição

de cerca de 4,8 meses para os homens e de 3,6 meses para as mulheres.

O INE refere ainda que em resultado do aumento do número de óbitos no contexto da pandemia da doença covid-19, se registaram, também, reduções na esperança de vida para a maioria das regiões NUTS II e III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos).

“GRAVIDADE DA SECA EM PORTUGAL” IMPRESSIONA NAÇÕES UNIDAS

Portugal atravessa uma seca “impressionante” e precisa de melhorar a eficiência do uso da água, nomeadamente no setor da agricultura, alertou, esta semana, o relator especial para os Direitos Humanos e o Meio Ambiente das Nações Unidas. “A gravidade da seca em Portugal é realmente impressionante. Quando viajamos pelo país, foi realmente devastador ver como a paisagem está seca após



estes muitos meses de seca”, afirmou David Boy, acrescentando que “podemos usar a água de forma muito mais eficiente, seja em eletrodomésticos ou em sistemas industriais que reciclam e reutilizam a água em circuito fechado”. Numa conferência de imprensa realizada no Oceanário de Lisboa, o especialista da ONU afirmou que o maior utilizador de água em Portugal é o setor agrícola.

AGRICULTORES INSURGEM-SE CONTRA DECLARAÇÕES “CALUNIOSAS” DE FRANCISCO POÇAS MARTINS



profundo desconhecimento do setor”. Algo que, sustenta, “é muito grave atendendo ao cargo que [Poças Martins] exerce”. “O Conselho Nacional da Água é o órgão independente de consulta do Governo português no domínio do planeamento e da gestão sustentável da água”, sublinha a CAP, detalhando que “neste Conselho têm assento mais de 50 pessoas, entre representantes da administração pública central, regional e local, da academia, de organizações científicas, económicas, profissionais e não-governamentais mais representativas nos usos da água e de personalidades de reconhecido mérito no domínio dos recursos hídricos”. Garantindo que “a temática da água, do seu bom uso e utilização como recurso é um assunto levado muito a sério pelos agricultores e demasiado importante para se subordinar a declarações falsas e difamatórias de um único responsável”, a confederação considera que, “para expressar a sua visão deturpada do setor agrícola, [Joaquim Poças Martins] faz uma utilização abusiva do cargo institucional que ocupa”. Neste contexto, avança que o presidente da direção da CAP “irá intervir na próxima reunião deste órgão, que terá lugar no próximo dia 03 de outubro, presidida pelo ministro do Ambiente”, para apresentar “uma declaração de protesto quanto ao conteúdo das afirmações proferidas” por Poças Martins.

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) classificou de “falsas” e “caluniosas” as afirmações do secretário-geral do Conselho Nacional da Água sobre o uso deste recurso pela agricultura, anunciando que vai apresentar uma “declaração de protesto”. “A CAP considera tais afirmações caluniosas, além de falsas, sendo que o presidente da confederação, Eduardo Oliveira e Sousa, como representante da CAP no Conselho Nacional da Água, no próximo dia 03 de outubro irá apresentar uma

declaração de protesto quanto ao conteúdo das afirmações proferidas, inadmissíveis num cargo de representação institucional”, avança a confederação em comunicado. Numa entrevista à agência Lusa, o secretário-geral do Conselho Nacional da Água, Joaquim Poças Martins, alertou que a “água de graça” e os subsídios dados aos agricultores “são perversos” e que é preciso “uma mudança de paradigma” na agricultura portuguesa. Segundo o ex-secretário de Estado do Ambiente, a rega em

Portugal “não é feita de forma parcimoniosa” pelos agricultores porque não se fazem contas: “Em Portugal praticamente não se paga pela água [para a Agricultura] e não se mede a água e por aquilo que não se mede nem se paga, não se poupa”, “Os agricultores têm que ser mais eficientes na água”, apontou, sustentando ainda que “a generalidade dos agricultores, como tem a água barata e como estão, permanentemente, habituados a muitos subsídios, não são eficientes”. Para a CAP, estas são “afirmações

falsas e acusações graves que merecem resposta e repúdio”. “Nenhuma destas afirmações é verdadeira. Trata-se de acusações gratuitas, enganadoras, ilusórias e insultuosas, cuja conjugação e mistura apenas confunde as pessoas e adia o problema de proporções gigantescas que Portugal tem entre mãos”, sustenta. De acordo com a confederação, tais declarações “desprezam os agricultores, o esforço do seu trabalho na produção de alimentos e na viabilização dos seus investimentos” e revelam “um



QUASE METADE DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO AINDA NÃO TÊM ACESSO A FRUTA GRATUITA

Cerca de 40% das turmas de pré-escolar e 1.º ciclo ainda não têm acesso a fruta gratuita, apesar de no ano letivo passado ter aumentado 15,8% o número de crianças a consumir fruta ou legumes nas escolas. De acordo com o estudo sobre a iniciativa ‘Heróis da Fruta’, da Associação Portu-

guesa Contra a Obesidade Infantil, Évora foi um dos distritos com maior percentagem de turmas com acesso gratuito a frutas e legumes na escola. Bragança foi o segundo distrito a reportar ter menor acesso gratuito a fruta e legumes na escola e o único onde se registou um aumento de crianças a não consumir hor-

tofrutícolas diariamente na escola. “Espanha usa quase 100% destes fundos e Portugal não está a usar a totalidade da verba de fundos europeus”, disse à Lusa Mário Silva, presidente da APCOI, sublinhando que, além das autarquias, também os agrupamentos escolares podem aceder a estas verbas. Faro foi o distrito onde se verificou a maior percentagem de turmas com acesso a fruta distribuída gratuitamente na escola (92,9%), seguindo-se de Braga (83,0%), Santarém (78,1%), Évora (70,8%) e Viseu (68,0%). As menores percentagens situaram-se em Viana do Castelo (9,1%), Bragança (20,0%) e Portalegre (35,7%).

INDÚSTRIA PEDE IVA DE 6% PARA CONGELADOS. PORTUGAL MANTÉM 23%

A indústria do frio e os comerciantes reclamam a redução do IVA dos produtos congelados e transformados para a taxa reduzida de 6%, que pode gerar uma poupança anual de 70 milhões de euros para as famílias. Citando dados de um estudo da Deloitte, a ALIF e a ANCIPA indicaram que esta redução, aplicada a refeições prontas (congeladas e refrigeradas), componentes para refeições prontas

(congeladas e refrigeradas) e às massas refrigeradas, incluindo pão congelado, poderá representar uma poupança anual de 70 milhões de euros. Portugal, que é o único país a aplicar a taxa máxima a estes produtos, apresenta uma taxa de IVA de 23% para o pão pré-cozido congelado, enquanto Espanha e Itália apresentam uma taxa mínima de 4%, seguidas pelo Reino Unido (5%), França (5,5%), Bélgica (6%) e

Alemanha (7%).

Portugal também apresenta a taxa mais elevada (23%), entre os países considerados, para produtos como frutas e legumes em conserva, bolachas e cereais de pequeno almoço, outros produtos lácteos, produtos cárneos processados, produtos elaborados com pescado, açúcar, gorduras e óleos, margarina, aperitivos e 'snacks', refrescos e restauração-bebidas.



OCDE PESSIMISTA: POUCO CRESCIMENTO E MUITA INFLAÇÃO

A OCDE melhorou as perspectivas de crescimento da zona euro deste ano para 3,1%, mas piorou as do próximo ano para 0,3%, estimando ainda uma inflação de 8,1% este ano e de 6,2% no próximo.

Nas previsões económicas intercalares divulgadas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) revela-se mais otimista sobre o crescimento do PIB da zona euro deste ano, melhorando a estimativa em 0,5 pontos percentuais (pp.) face a junho, para 3,1%, mas cortou em 1,3 pp. a de 2023 para 0,3%.

Entre as principais economias da zona euro, a OCDE prevê que a economia alemã cresça este ano 1,2% (-0,7 pp. do que em junho) e contraia 0,7 em 2023 (-2,4 pp. do que anteriormente) e a economia francesa avance 2,6% (0,2 pp. face a junho) em 2022 e 0,6 (-0,8 pp.) em 2023.

Já para Itália prevê uma expansão do PIB este ano de 3,4% (0,9 pp. face a junho) e 0,4% em 2023 (-0,8 pp.) e para Espanha de 4,4% (0,3 pp.) este ano e 1,5% (-0,6 pp.) em 2023.

A OCDE alerta ainda para o impacto das pressões inflacionistas na Europa, prevendo que a inflação suba para 8,1% em 2022, uma revisão em alta de 1,1 pp. face a junho, e para 6,2% em 2023, mais 1,6 pp. do que anteriormente.

CHEGA APRESENTOU AS VINTE MEDIDAS PARA SALVAR O PAÍS. IMPRENSA IGNOROU

São 7 mil milhões de euros e vinte medidas que o CHEGA considera serem a resposta ao contexto económico social em que o país se encontra e que quer que sejam tomadas em consideração na preparação do Orçamento de Estado para 2023. Segundo o CHEGA, "a crise inflacionista deve centrar as opções governativas, sobretudo agora, no arranque do ano letivo onde os efeitos da crise e do aumento de preços generalizados serão sentidos de forma dura e transversal por todos os portugueses, mas sobretudo pelas famílias com filhos em idade escolar", pelo que o Estado deve procurar devolver a estas "o excedente de receita que o Governo já cobrou e continuará a cobrar face à previsão do OE para 2022, procurando não colocar em causa a meta do défice de 1,9% do PIB, mas priorizando um firme combate à perda de poder de compra das famílias, e (...) garantir a sobrevivência e sustentabilidade" das empresas.

Entre as várias medidas, o partido propõe "um desconto direito de 20 céntimos por litro em todos os abastecimentos" e também a descida para 6% do IVA da eletricidade e gás para "todo o consumo e não apenas para o consumo mínimo que o Governo impôs". Trata-se de um plano estimado em cerca de 7 mil milhões de euros, o que, ainda assim, está longe dos 20 mil milhões de impostos arrecadados por força da inflação.

Ainda no que diz respeito aos combustíveis, o plano prevê também prolongar a redução do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP), equivalente a uma descida da taxa do IVA dos 23% para 13%, até junho de 2023, deixando de haver atualizações semanais, assim como se adia a atu-



alização da taxa de carbono.

O partido pretende ainda eliminar a percentagem do ISP que corresponde aos biocombustíveis, alterando assim a forma como os combustíveis são tributados.

Destaca-se também a proposta para que o subsídio de Natal não tenha tributação este ano e um vale escolar para a compra de material escolar por parte das famílias. Este vale de 200 euros para produtos com taxa de IVA de 23% será destinado aos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e secundário.

No âmbito do IRS, o plano prevê o aumento da dedução no IRS com despesas de educação, gerais e familiares e de saúde, a atualização das tabelas de retenção de IRS de acordo com a taxa da inflação, apoios para o setor agropecuário para despesas

com eletricidade e linhas de crédito para as pequenas e médias empresas fazerem face ao aumento dos custos energéticos e de matérias-primas.

O Plano do CHEGA prevê ainda a suspensão do reembolso de capital para créditos à habitação durante três meses para, desta forma, minimizar o peso do crédito à habitação num orçamento já severamente penalizado pelo galopante aumento do custo de vida. Ainda no que diz respeito à habitação, o partido liderado por André Ventura defende a revogação do valor médio de construção para efeitos de IMI de 2022 a liquidar em 2023.

O pacote de medidas apresentado e a que a comunicação social não deu espaço mediático incluí ainda medidas de apoio às IPSS para fazer face ao aumento dos custos de energia, apoios

a empresas intensivas em energias, em termos de gás e eletricidade e que incorram em perdas operacionais, um aceleração da transição energética, a redução do IVA para 6% para o setor da construção civil (materiais e mão-de-obra), o prolongar do Incentivo Fiscal à Recuperação até final de 2022 e ainda definir o IVA de 6% para a compra isolada de pneus para tratores de forma a apoiar o setor agrícola.

Nas palavras de André Ventura, "é um plano mais ambicioso do que apresentado quer pelo PS, quer pelo PSD", afirmando que o executivo "tem que dar e devolver aquilo que cobrou a mais". O CHEGA já deu entrada de um Projeto de Resolução com estas medidas, que irão ser discutidas no parlamento a par dos outros planos.



PROPOSTA DO GOVERNO PARA ACORDO DE RENDIMENTOS É "VAGA", CRITICAM PARCEIROS SOCIAIS

Os parceiros sociais consideraram, quarta-feira, que a proposta do Governo para um acordo de rendimentos e competitividade é "vaga". O presidente da Confederação Empresarial de Portugal considerou "o Governo quantificou salários, mas não a política fiscal", referindo-se à proposta de aumentos salariais de 4,8% anuais até 2026 defendidos pelo executivo e à descida seletiva do IRC.

Também o presidente da Confederação do Turismo de Portugal sublinhou que o Governo "não quantifica" as medidas relativas às empresas e considerou as propostas "abstratas". Já o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal considerou que "o documento apresentado pelo Governo é muito vago" e que "não é uma base aceitável para um acordo" à medida da evolução da economia.

EMPRÉSTIMOS À HABITAÇÃO COM PRIMEIRO ABRANDAMENTO DESDE 2020

Os empréstimos à habitação registaram, em agosto, o primeiro abrandamento desde outubro de 2020, com um total de 99,7 mil milhões de euros, adiantou, esta semana, o Banco de Portugal, num comunicado enviado às redações. Assim, e de acordo com o documento divulgado, “no final de



agosto de 2022, o montante total de empréstimos para habitação era de 99,7 mil milhões de euros, mais 0,2 mil milhões de euros do que no final de julho”. De acordo com a instituição, “esta evolução representa um crescimento de 4,6% em relação a agosto de 2021”. No entanto, explica-se na mesma nota, esta foi a primeira vez, desde outubro de 2020, que estes empréstimos registaram um abrandamento”.

FAMÍLIAS COMEÇAM A PAGAR MAIS PELO GÁS E ELETRICIDADE OA PARTIR DE HOJE

Os aumentos de preços do gás natural e da eletricidade para os clientes domésticos, no mercado regulado e no liberalizado, entram hoje em vigor, o que, em alguns casos, vai pesar quase mais 40 euros na fatura mensal. Os anúncios de aumentos foram sendo feitos um a um por comercializadores e pelo regulador do setor, mas a entrada em vigor dos novos preços acontece agora ao mesmo tempo para todos os clientes domésticos e também alguns pequenos negócios.

MERCADO LIBERALIZADO

GÁS NATURAL

- A partir de hoje, quem for cliente da EDP Comercial vai passar a pagar pelo gás natural, em média, mais 30 euros mensais, acrescidos de cinco a sete euros de taxas e impostos, uma subida que a empresa justificou com a escalada de preços nos mercados internacionais, após um ano sem fazer atualizações de tarifário.

Os novos preços vão estar em vigor durante três meses, e não durante um ano, como habitual, estando sujeitos a revisões em alta ou em baixa, no final daquele período.

- Já no caso da Galp, a subida da fatura do gás natural rondará os oito euros, para o escalão mais representativo de clientes. A empresa justificou a subida também com o “custo de aquisição em linha” com os preços no mercado internacional.

A Galp tinha atualizado o preço do gás natural em 01 de julho, com um aumento de cerca de 3,60 euros para o escalão mais representativo.

- Por sua vez, os clientes da Goldenenergy vão sofrer aumentos médios de 10 euros nas faturas de gás mensais, que abrangem tanto famílias, como pequenos negócios.

A energética justificou esta subida com os custos dos acessos regulados, a volatilidade do mercado e a escalada de preços do gás.

O novo tarifário será aplicado até ao final do ano, sendo revisto face às alterações do mercado.

ELETRICIDADE

- A EDP Comercial descartou “mais alterações até ao final do ano no preço



da eletricidade”, a menos que haja “situações excecionais no decorrer dos próximos meses”.

- Sem subidas mantêm-se também os clientes da Endesa, que se comprometeu a manter os preços contratuais até dezembro e a cumprir os compromissos estabelecidos no mecanismo ibérico, depois de o presidente da empresa ter afirmado que a eletricidade iria subir 40% em agosto. - A Iberdrola também não anunciou aumentos.

MERCADO REGULADO

GÁS NATURAL

Os anúncios de subida de preços no mercado livre levaram o Governo a aprovar uma medida que permite o regresso ao mercado regulado de gás dos consumidores no mercado liberalizado, tal como já acontecia no caso da eletricidade.

O mercado regulado oferece tarifas mais baratas, no entanto, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) anunciou um novo aumento do preço da energia no mercado regulado de gás natural.

Assim, a partir de hoje, entra em vigor uma subida de 3,9% face ao mês anterior e, uma vez que foram sendo feitas atualizações ao longo do ano, o aumento é de 8,2% para o ano 2022-2023, face ao ano anterior (2021-2022).

ELETRICIDADE

Já no caso da eletricidade, os clientes no mercado regulado vão passar a pagar mais cinco euros por megawatt-hora (MWh), equivalente a uma subida média de 3% na fatura mensal.



CHRISTINE LAGARDE ANUNCIA QUE TAXAS DE JURO VÃO SUBIR

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, anunciou, esta semana, o aumento das taxas de juro nas próximas reuniões do Conselho do BCE, sendo que a próxima é em 27 de outubro, para combater a inflação.

“A médio prazo temos de trazer a inflação de volta aos 2,0% e faremos o que temos de fazer. Isto é, continuar a aumentar as taxas de juro nas próximas reuniões”, disse Lagarde num evento em Frankfurt. Segundo Lagarde, se o BCE não optar por esta via, as consequências para a economia serão mais graves do que o aumento do custo do crédito.

“O nosso objetivo não é reduzir o crescimento, o nosso objetivo essencial é assegurar a estabilidade dos preços. Isso é algo que o BCE tem de conseguir”, disse. O BCE aumentou as taxas de juro no passado mês de julho pela primeira vez desde 2011.

Nessa ocasião, a taxa de juro de referência subiu 0,50 pontos percentuais. Na segunda etapa, em setembro, registou-se uma subida de 0,75 pontos percentuais, de modo que a taxa de juro de referência se situa agora em 1,25%. Em agosto, a inflação homóloga na zona euro atingiu 9,1%.

O BCE considera que a estabilidade de preços deve ser assegurada quando a inflação homóloga é ligeiramente inferior a 2,0%. Antes da mudança em julho, o BCE tinha prosseguido durante anos uma política de redução das taxas de juro a fim de contrariar primeiro as consequências da crise da dívida e depois o impacto económico da pandemia. A próxima reunião do conselho do BCE está agendada para 27 de outubro.

ESTADO ENCHE OS BOLSOS COM RECEITA FISCAL E EXCELENTE DA SEG. SOCIAL

A Segurança Social registou um excedente de 2.461,4 milhões de euros até agosto, que compara com um saldo de 49,5 milhões de euros no período homólogo, mostra a síntese de execução orçamental divulgada pela DGO na segunda-feira. Em comunicado, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social destaca o aumento em 6,6% da receita em agosto em termos homólogos, para 22.194,7 milhões de euros.

Quanto à receita fiscal do Estado registou-se um aumento de 22,8% até agosto face ao mesmo período do ano passado, totalizando 33.511,5 milhões de euros. O crescimento da receita fiscal até agosto é justificado pela evolução da generalidade dos impostos diretos (que registam uma subida homóloga de 33,9%) e indiretos (subida de 14,5%), com exceção, neste segundo grupo, do ISP.



BRASIL: ACTOR PORNOGRÁFICO E EX-PALHAÇO ENTRE OS CANDIDATOS

Além de escolher o próximo Presidente, os brasileiros também vão eleger parlamentares em 2 de outubro, numa disputa cheia de candidatos mais fora das normas como o ativista Dário, defensor da legalização da canábis, o ator porno Kid Bengala ou o ex-palhaço Tiririca. A uma semana da primeira volta das eleições no Brasil, o candidato a deputado federal Dário publicou um vídeo no Tik

Tok em que aparece a dançar a favor da legalização do consumo de canábis (maconha). "Boi, bala e Bíblia, isto só nos envergonha, agora queremos ver é a banca da maconha", diz o refrão da paródia. Quem também tem chamado a atenção é o ex-ator pornográfico conhecido como Kid Bengala. "Resolvi inovar para colocar o 'pau' nessa bagunça. Vou entrar com tudo", diz o candidato num vídeo publica-

do no seu perfil do TikTok. Velho conhecido do público brasileiro, o deputado e ex-palhaço Tiririca tenta um quarto mandato por São Paulo no Congresso. Tiririca, que em 2010 se tornou o deputado mais votado do país, dessa vez aparece dançando em um vídeo de campanha, no qual apela ao seu eleitorado dizendo: "Vote em mim, imbecil!"

BOLSONARO LEVANTA DÚVIDAS SOBRE VOTAÇÃO ELETRÔNICA

O Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, levantou mais uma vez a voz contra o sistema de votação eletrônica, implementado no país desde 1996, voltando a falar da possibilidade de fraude eleitoral.

"Apesar do acompanhamento das Forças Armadas", que participam no processo eleitoral, "não podemos deixar a possibilidade de fraude a zero", disse Bolsonaro, durante uma transmissão em direto nas redes sociais, quatro dias antes das eleições, que se realizarão no domingo.

Bolsonaro, que aparece em segundo lugar em todas as sondagens, entre 15 a 18 pontos atrás do antigo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse ter-se encontrado com a missão de observação internacional da Organização dos Estados Americanos. Num encontro com o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros paraguaio e chefe da missão, Bolsonaro avisou que "as urnas eleitorais não podem ser auditadas", porque os técnicos e observadores "não podem fazer nada" face a uma queixa num "caso hipotético de fraude".

Este acompanhamento das missões de observação internacional e dos técnicos das Forças Armadas, aprovado pelo sistema de justiça eleitoral, "reduziu bastante as possibilidades de fraude, mas não as deixou a zero", frisou Jair Bolsonaro. Na quarta-feira, soube-se que o Partido Liberal, partido de Bolsonaro, enviou ao TSE um relatório de uma equipa técnica contratada para analisar o sistema de votação.

O documento questiona o facto de "apenas um grupo restrito de funcionários e colaboradores" da Justiça Eleitoral "controlar todo o código fonte das urnas eletrônicas".

O relatório denuncia o alegado "atraso" em relação à "implementação das medidas de segurança mínimas necessárias", o que "gera vulnerabilidade relevante" a "invasões internas ou externas" do sistema eleitoral, e considerou ser "imperativo aumentar a confiança dos eleitores".

O TSE já reagiu a estas denúncias considerando que "são falsas, sem nenhum amparo na realidade, reunindo informações fraudulentas e atentatórias ao Estado Democrático de Direito e ao Poder Judiciário, em clara tentativa de embaraçar e tumultuar o curso natural do processo eleitoral", disse o tribunal, num comunicado.

GIORGIA MELONI, A VITÓRIA DE UMA MULHER DE DIREITA



A presidente do partido Irmãos de Itália (Fdi), Giorgia Meloni, declarou vitória nas eleições legislativas de domingo em Itália, reivindicando a liderança do próximo governo.

No primeiro discurso após a votação de domingo, Giorgia Meloni garantiu que o partido irá governar, não só "para todos", como também "para que os italianos se possam orgulhar de ser italianos".

"Os italianos enviaram uma mensagem clara de apoio a um governo de direita liderado" pelo Fdi, disse Meloni, que tornar-se-á na primeira

mulher a liderar o executivo de Itália. O partido de Giorgia Meloni venceu as eleições de domingo com 26% dos votos e a coligação que lidera obteve uma maioria clara no Parlamento. A Liga, de Matteo Salvini, conseguiu 8,8% dos votos e a Força Itália, do ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, 8,1%. Estes resultados da coligação liderada por Meloni traduzem-se em 237 dos 400 lugares na Câmara dos Deputados e em 115 dos 200 lugares no Senado.

O Partido Democrata, de centro-esquerda, foi o segundo mais votado, com 19% dos votos. Em conjun-

to com os seus aliados verdes e de esquerda terá 84 lugares na Câmara dos Deputados e 44 no Senado.

O Movimento 5-Estrelas obteve 15,4% dos votos, o que lhe vale 52 lugares na Câmara dos Deputados e 28 no Senado. Já a aliança centrista Azione conseguiu 7,8% dos votos e ocupará 21 lugares na Câmara dos Deputados e nove no Senado. Os lugares restantes serão distribuídos por partidos mais pequenos.

"É hora de os italianos voltarem a ter um governo que sai de uma decisão nas urnas e é algo em que todos têm que prestar contas," frisou Meloni.

A política de 45 anos lamentou uma campanha eleitoral que descreveu como "agressiva e violenta" e assegurou que "a Itália e a UE precisam do contributo de todos perante a complexa situação" em que se encontram. Meloni lamentou ainda a abstenção de 36%, a mais elevada de sempre, e assegurou que o objetivo será "reconstruir a relação entre o Estado e os cidadãos".

"O desafio agora é fazer com que as pessoas acreditem nas instituições; muitos italianos ainda decidem não confiar", disse.



CUBA APROVA EM REFERENDO CASAMENTO HOMOSSEXUAL E BARRIGAS DE ALUGUER

Dois terços dos eleitores cubanos apoiaram em referendo o Código das Famílias promovido pelo Governo de Miguel Diaz-Canel, que permite a legalização do casamento homossexual e a gestação por substituição (barriga de aluguer). O resultado, que não vai registar alterações apesar de ainda prosseguir a contagem em algumas circunscrições, situa o nível de participação em cerca de 74%. Através de um vídeo divulga-

do no Twitter, o presidente cubano também se congratulou com os resultados da consulta.

O referendo sobre o Código das Famílias foi o primeiro destinado a lei particular, e o terceiro em termos gerais que decorre em Cuba desde 1959. O texto contempla, além do casamento homossexual e a gestação por substituição, a adoção de crianças por casais homossexuais e a proibição do casamento infantil.

VERGONHA «SÚCIA-LISTA»!

O Dr. Miranda Sarmento, líder parlamentar do PPD-PSD, na quinta-feira, 22 de Setembro, apelou ao voto dos sociais-democratas no deputado do CHEGA, Dr. Rui Paulo Sousa, para Vice-presidente da Assembleia da República (AR). Um apelo e eleição que faz(ia) todo o sentido.

Para os mais distraídos, e atendendo à intoxicação costumeira que vigora na comunicação social, importa explicar que as regras estabelecidas na AR sempre foram de molde a aprovar os representantes dos partidos até ao quarto lugar. Foi assim durante perto de cinquenta anos. De acordo com a História parlamentar, sempre que o Partido Comunista, por exemplo, conseguiu deputados suficientes, teve um lugar de Vice-presidente na Assembleia. O mesmo para o BE. Estes dois partidos, entre outras aberrações, aprovam as ditaduras de esquerda (Cuba, Venezuela, etc.), incluindo a mais sangüinária de todas: Coreia do Norte. Mas estes apoios do PC e do BE, como se tem visto, não interessam para nada. Mas há mais. Após a vergonhosa derrota eleitoral do Dr. A. Costa, em Setembro de 2015, o PS, com vista a assaltar o poder, arrastou o BE e o PCP para «o arco da governação». BE e PCP, para os menos atentos, são partidos com pouca vontade na defesa dos valores essenciais da democracia, tolerância e liberdade. Mas o que importou, nessa altura, foi tomar o poder de assalto. O PS percebeu a utilidade de ambos e usou-os. Eles deixaram-se usar, na troca da «colonização» do Estado.

Aqui chegados, percebemos que há mais, muito mais. Afinal, desde 2019, como temos visto, de modo muito particular junto da rapaziada do PS, tudo se finge de «virgem» ofendida, mostrando-se chocada com a ideia de o CHEGA se aproximar do poder.

Esta estratégia e narrativa estão bem definidas pelo PS. Uma narrativa posta a circular por todos os meios de comunicação social e, até ver, com um relativo sucesso mediático. O que se passa, verdadeiramente, não é o «perigo» do CHEGA, mas uma mera preocupação pela garantia do poder à esquerda e fazer do PS o partido «charneira» do Governo em Portugal.

Evidentemente que perante a campanha pela «normalização» do CHEGA, liderada pelo actual PPD-PSD, à semelhança do que aconteceu nos Açores, há muito incómodo na «central dos interesses» instalados «súcia-listas». Como se não bastasse, o PS, pelos indicadores das sondagens, vai percebendo que o povo português dará um cartão vermelho aos «rosinhas» na próxima oportunidade. O PSD de L. Montenegro também já entendeu o básico: não haverá maioria das «não esquerdas» sem o CHEGA!

Chegados aqui, importa que se diga com todas as letras: vergonha na cara é algo que não assiste à rapaziada «súcia-lista».

Temo que tudo isto continuará assim, pelo menos enquanto deixarmos.

Até lá, e para quem ambiciona construir uma verdadeira alternativa para os Portugueses, arregacemos as mangas por Portugal! Os Portugueses bem o merecem!



JOSÉ DE CARVALHO
PROFESSOR E INVESTIGADOR

FUI À BATALHA E CONSTATEI O AMOR E A HUMILDADE DE ANDRÉ VENTURA

Marqueei presença no CONSELHO NACIONAL onde tive oportunidade de ver:

1 - A intrínseca democraticidade do CHEGA, onde todos os Conselheiros votaram POR UNANIMIDADE que os militantes presentes fossem admitidos ao Conselho Nacional com direito à palavra e ao voto; NOTÁVEL!

2 - A enorme mobilização dos MILITANTES, CONSELHEIROS E SIMPATIZANTES, com sacrifício da sua bolsa e tempo; não houve transportes, alojamento, “bebidas ou farnel” para ninguém; NOTÁVEL!

3 - A ausência absoluta da dita “oposição” que nem sequer deu a cara, nem ao menos uma presença mascarada; a oposição acobardada, ficou escondida atrás das orelhas dos media; perante a ASSEMBLEIA SOBERANA DO CHEGA NINGUÉM VIU ESTES COBARDES, NEM OS OUVIU; NOTÁVEL!

4 - Esta dita “garotada TÍBIA e CONCILIATÓRIA A TROCO DE ALGUMAS VANTAGENS PESSOAIS, que se assumiu da oposição”, devotou o maior desprezo a todos aqueles que os elegeram no Congresso anterior, tratando-os agora como gentinha inculta e primária, que cheira a suor, que não “alcança” os seus (deles) altos, intrincados e labirínticos raciocínios políticos e que, portanto, DEVE SER SIMPLEMENTE IGNORADA, ou mesmo, desprezada!

5 - Constatei a clarividência da Assembleia Plenária sobre QUAIS SÃO OS SEUS DESÍGNIOS NACIONAIS E QUEM OS PODERÁ EXECUTAR, COM A MAIOR PROBABILIDADE DE SUCESSO; NOTÁVEL!

6 - Constatei a Integridade, a Devoção, o Amor e Humildade de AV, perante todos os presentes nesta Assembleia Plenária; NOTÁVEL!

7 - Constatei a habitual empertigada “Media da narrativa corrupta e cobarde”, sempre empenhada em não dar espaço noticioso aos que receia que ABALEM os seus CASSETEIROS PRECONCEITOS, BRANCOS E FOSSILIZADOS; NOTÁVEL!

8 - Constatei o apreço da Assembleia Plenária, sobre a VERDADEIRA BANCADA na Assembleia da República e sobre o desempenho de AV como seu líder; Notável!

9 - Constatei que a ÚNICA FORMA DE TRAVAR A FORÇA DA RAZÃO QUE TEM FEITO CRESCER ESTE CHEGA, é dividi-lo, quebrá-lo, vergá-lo, NEM QUE SEJA ALICIANDO ALGUNS, MENOS ESTRUTURADOS OU MAIS VENDIDOS, COM CARREIRINHAS POLÍTICAS OU LUGARES REMUNERADOS, para que promovam a divisão ou a quebra deste Partido.

Aprendi muito!



ANTÓNIO POMBEIRO
MILITANTE DO CHEGA

UMA IDOSA AGREDIDA... UMA VIDA COMO TANTAS OUTRAS!

No passado dia 25 de Setembro tomámos conhecimento da violência ocorrida contra uma cidadã idosa e vulnerável às mães, sabemos agora, de um jovem e a sua família de etnia cigana.

Sim, tal como a senhora agredida, é preciso coragem para a verdade e para dizer as coisas tal como elas são! Dia 23 de Setembro, através do Núcleo de Investigação Criminal de Leiria, foram detidos cinco homens com idades compreendidas entre 18 e 43 anos por crime de roubo por esticção (ocorridos em várias freguesias do Distrito), no concelho de Porto de Mós. No seguimento de uma investigação foi possível localizar e abordar os suspeitos em Mira de Aire.

A população de Mira de Aire vive tempos de medo, angústia e violência! A situação é “insustentável” e quem o afirma é o próprio Presidente da Junta de Freguesia que até já foi “aconselhado” a não passar na rua onde ocorreu a agressão no dia 25 de Setembro.

Como travar esta onda de violência quando os meios se revelam escassos, sem poder de intervenção e desrespeitados? Será que todos os membros desta comunidade se identificam com esta forma de viver e agir e concordam com estes crimes?

A senhora agredida, com a coragem própria dos portugueses de bem que estão cansados de tanta impunidade e de uma justiça que não faz justiça, veio agora, ainda combalida, expor toda a situação e “chamar os bois pelos nomes”. Grande mulher que nada teme e apenas anseia por poder ter uma vida tranquila e justa.

Quem defende estes cidadãos? Quem defende este povo invadido, agredido e roubado?

Quem defende todos os que trabalham, pagam impostos e levam uma vida correta, de respeito pelo outro, de cumprimento de regras sociais? Só o nosso Presidente André Ventura e o CHEGA! É por defender os portugueses e os cidadãos cumpridores que somos racistas e xenófobos? É por reclamar por uma justiça eficaz que o nosso Presidente André Ventura é fascista? Até quando vamos continuar a assistir a esta luta, uma luta desigual e sem fim à vista? Está na hora de o povo de Mira de Aire, de Porto de Mós, do Distrito de Leiria e de Portugal dizerem CHEGA!!

Só o apoio e o voto no CHEGA e no nosso Presidente poderá mudar este rumo e encaminhar o país para uma sociedade mais justa, cumpridora de deveres e com os seus devidos direitos! É o momento de reconhecer definitivamente que o Dr. André Ventura diz a verdade e sabe do que fala! Temos um sério problema no nosso país e é tempo de o enfrentar e resolver! Parabéns ao Diário Luso pelo registo da verdade sem medos! Há ainda jornalistas que pensam que ao ocultar evitam e resolvem, mas apenas estão a camuflar e proteger os culpados. A Direção Distrital de Leiria lamenta toda esta situação. À família e população pedimos que confiem e acreditem na coragem do nosso Líder e que nos ajudem a mudar Portugal!

Que esta vida, como tantas outras, deixem de estar em risco, angústia e sofrimento. Que seja restaurada dignidade e feita justiça, pelo bem-estar desta senhora e por todos os cidadãos que vivem em risco constante.



LUÍS PAULO FERNANDES
VICE-PRESIDENTE DA DISTRITAL DO CHEGA DE LEIRIA